

ÍNDICE GERAL

<i>Agradecimentos</i>	VII
<i>Prefácio</i>	IX
I. INTRODUÇÃO	1
II. ETIMOLOGIA DO TERMO “INDÍCIO”	4
III. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PROVA POR INDÍCIOS	7
III.1 Direito antigo	7
III.2 Direito Romano	7
III.3 De Roma à Idade Média	9
III.4 Direito Canônico	10
III.5 <i>Lex Carolina</i>	14
III.6 Tempos posteriores	16
III.7 Direito lusitano	19
III.8 Tempos modernos	21
IV. CONCEITO DE INDÍCIO	22
IV.1 Conceito comum	22
IV.2 Conceito jurídico	23
IV.3 Postura da doutrina	24
IV.4 Nosso conceito de indício	27
IV.4.1 Fato, circunstância e coisa	28
IV.4.1.1 Fato	28
IV.4.1.2 Circunstância	31
IV.4.1.3 Coisa	32
IV.4.1.4 Delimitação do conceito	32
IV.4.2 Indução, dedução e inferência	33
IV.4.2.1 Indução e dedução	33
IV.4.2.2 Inferência	36

	IV.4.2.3	Determinação da índole da operação mental que se efetua no indício	36	
	IV.4.3	Tentativa de conceituação técnica de indício	38	
V.		INDÍCIO NA LEGISLAÇÃO PROCESSUAL	39	
	V.1	Código de Processo Penal	39	
	V.2	Legislação processual civil	40	
	V.3	Código de Processo Penal Militar	41	
	V.4	Projeto de Código de Processo Penal	41	
VI.		INDÍCIO E PRESUNÇÃO	43	
	VI.1	Presunção	43	
	VI.2	Posição da doutrina	46	
	VI.3	Nossa posição	48	
VII.		INDÍCIO E SUSPEITA	52	
VIII.		CLASSIFICAÇÃO DOS INDÍCIOS	55	
	VIII.1	Considerações preambulares	55	
	VIII.2	Classificações dos antigos penalistas	55	
	VIII.3	Classificações da era moderna	57	
		VIII.3.1 Ellero	57	
		VIII.3.2 Malatesta	58	
		VIII.3.3 Carnelutti	59	
		VIII.3.4 Garraud	60	
		VIII.3.5 Gorphe	60	
	VIII.4	Esboço para uma classificação dos indícios	61	
		VIII.4.1 Materialidade	63	
		VIII.4.2 Autoria	68	
		VIII.4.3 Imputabilidade e culpabilidade	69	
			VIII.4.3.1 Capacidade moral para delinquir	72
			VIII.4.3.2 Motivo da infração	73
			VIII.4.3.3 Manifestações do acusado	74
		VIII.4.4 Comentários conclusivos	78	
IX.		VALORAÇÃO DOS INDÍCIOS	80	
	IX.1	Elementos de existência jurídica do indício	82	

IX.1.1	Certeza do fato indiciante	82
IX.1.2	Proposição geral fornecida pela lógica ou pela experiência	83
IX.1.3	Relação de causalidade entre o fato indicador e o fato indicado	84
IX.2	Requisitos de validade da prova indiciária	84
IX.2.1	Ausência de limitação probatória	84
IX.2.2	Emprego de provas lícitas para demonstrar o fato indicador	85
IX.2.3	Ausência de nulidade na obtenção da prova do fato indicador	85
IX.2.4	Inexistência de nulidade que vicie a prova por indícios	85
IX.3	Fatores de eficácia probatória dos indícios	86
IX.3.1	Exclusão da hipótese de azar	86
IX.3.2	Exclusão da hipótese de falsificação do fato indicador	87
IX.3.3	Certeza processual da relação de causalidade entre o fato indicador e o indicado	88
IX.3.4	Pluralidade de indícios	89
IX.3.5	Gravidade, precisão e concordância dos indícios e convergência das ilações indiciárias	91
IX.3.6	Eliminação de contra-indícios	93
IX.3.7	Eliminação das outras hipóteses e dos motivos infirmantes da conclusão	95
IX.3.8	Inexistência de provas que infirmem os fatos indicadores	96
IX.3.9	Conclusão precisa e segura	96
X.	AVALIAÇÃO DA PROVA INDICIÁRIA	98
XI.	CONCLUSÕES	101
	<i>Bibliografia</i>	105

